



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 80120252338977

Nome original: SEI_2053058_Termo.pdf Sustentabilidade.pdf

Data: 24/03/2025 15:08:42

Remetente:

Aucilene Alvarenga de Souza

n. Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES)

Tribunal de Justiça do Acre

Documento: não assinado.

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Ofício-Circular n. 6 2025 SG. Segue em anexo T. de Adesão n. 19

2025 ao ACT n. 1 2025- CNJ STF e outros para conhecimento da adesão firmada pelo TJAC.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Diretoria de Gestão Estratégica

TERMO

ANEXO I

TERMO DE ADESÃO N. 19/2025 AO ACORDO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA N. 01/2025 - CNJ/STF/ STJ/ CJF

**TERMO DE ADESÃO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA CNJ/STJ/TST/CJF N.01/2025, SOB A ÉGIDE DO
PACTO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO PELA
SUSTENTABILIDADE.**

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, órgão público, inscrito no CNPJ sob o n. 04.034.872/0001-21, com sede na Rua Tribunal de Justiça, s/nº, Portal da Amazônia, CEP 69915-631, nesta cidade, doravante denominado **TJAC**, neste ato apresentado por seu Presidente, Desembargador **Laudivon de Oliveira Nogueira**, brasileiro, portador do RG nº 1**.910 e CPF nº 216.***.***-34, residente e domiciliado nesta cidade, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve, por meio do presente Termo, aderir ao **Pacto Nacional do Judiciário pela Sustentabilidade**, mediante cooperação técnica e operacional com vistas à adoção de medidas voltadas para o desenvolvimento de ações de proteção ao meio ambiente, promoção do bem-estar social e boa governança, pautada na ética, na transparência e na responsabilidade social.

O Presidente, Desembargador **Laudivon de Oliveira Nogueira**, declara firme vontade de desenvolver ações voltadas à proteção do meio ambiente, à promoção do bem-estar social e à boa governança, fundamentadas na ética, transparência e responsabilidade social, em conformidade com o disposto no artigo 225 da Constituição Federal de 1988. Compromete-se também com os compromissos internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, o Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), o Acordo de Paris (2015), bem como as normas da Organização Internacional de Normalização (ISO), com especial atenção para a ISO 14001 (gestão ambiental), a ISO 26000 (responsabilidade social) e a ISO 45001 (sistemas de gestão de saúde e segurança ocupacional). No âmbito nacional, apoia-se na Constituição Federal de 1988, na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), na Lei da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e nas resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 215/2015, nº 351/2020, nº 400/2021, nº 401/2021, nº 410/2021, nº 433/2021 e nº 497/2023, entre outras.

O presente instrumento tem por finalidade o desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes, com o objetivo de promover a cooperação para o compromisso do Poder Judiciário em adotar, reforçar ou expandir ações e iniciativas em cada um dos três eixos a seguir listados:

Eixo 1 - Ambiental:

a. Implementação do Programa Justiça Carbono Zero: (i) realização de inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEEs), fazendo uso de metodologia reconhecida/certificada (ex: PBGHG); (ii) medidas de redução das emissões de GEEs, como instalação de usinas fotovoltaicas, substituição de lâmpadas

tradicionais por LED, promoção da sustentabilidade nas contratações, adoção de programas de gestão de resíduos; e (iii) compensação de emissões com projetos de florestamento, reflorestamento e revegetação etc.;

b. Priorização do julgamento das ações climáticas e ambientais: adoção de medidas de priorização e aceleração da tramitação de processos judiciais que envolvam a temática ambiental (incluindo casos relacionados a conflitos fundiários, uso de recursos naturais, aplicação de sanções ambientais, apuração de infrações ambientais e responsabilidade civil ambiental), por meio de: (i) cumprimento reforçado da Meta 10 em 2025; (ii) estímulo a instrumentos de solução consensual; (iii) criação de forças-tarefas coordenadas em Juízos com altas taxas de congestionamento em processos ambientais ou Municípios com elevados índices de desmatamento e de outras violações socioambientais, entre outras medidas;

c. Educação ambiental: promoção de, pelo menos, um novo curso de educação ambiental e de capacitação de magistrados, servidores, terceirizados e conciliadores, promovendo as capacidades institucionais adequadas para a abordagem de questões e conflitos relacionados à temática socioambiental e climática.

Eixo 2 - Social:

a. Adoção do Programa Transformação: adoção, nos termos da Resolução CNJ nº 497/2023, de política de reserva de vagas em, no mínimo, um contrato de prestação de serviços continuados e terceirizados para mulheres em situação de vulnerabilidade;

b. Inclusão de grupos sub-representados ou vulneráveis: Implementação de, no mínimo, uma iniciativa institucional para apoiar e integrar membros de grupos sub-representados e vulneráveis, como: ampliação da representatividade de gênero e raça na composição do tribunal e/ou nos cargos de gestão; e a inclusão de percentual de vagas nos contratos de serviços continuados para pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua e egressos dos sistemas prisional e socioeducativo;

c. Ampliação da acessibilidade: fortalecer ações de acessibilidade, adaptando os espaços físicos e digitais dos tribunais e conselhos para pessoas com deficiência, com a criação e execução de plano de ação para ampliar o índice de acessibilidade.

Eixo 3 - Governança:

a. Dados Abertos: Implementação ou aperfeiçoamento de portal de dados abertos, seguindo os princípios e as diretrizes da Parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership - OGP*), visando ampliar a transparência e o controle do Poder Público pela sociedade;

b. Transparência dos julgamentos no plenário virtual: melhoria ou adaptação dos sistemas de julgamento colegiado de processos por meio eletrônico, de modo a ampliar a transparência;

c. Informação à sociedade: adoção de serviço de boletim com um resumo didático e em linguagem simples dos julgamentos mais relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico realizados pelo tribunal ou conselho, nos moldes do boletim “Informação à Sociedade” do STF.

1. ATUAÇÃO COORDENADA: o Tribunal de Justiça do Estado do Acre buscará desenvolver ações coordenadas com o Conselho Nacional de Justiça visando à efetividade e qualidade da concretização da sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, pautadas nos três eixos fundamentais das práticas internacionais de ESG: **Ambiental (*Environmental*)**, **Social (*Social*)** e **Governança (*Governance*)**.

2. GESTOR LOCAL: indica para gestor local do presente instrumento a Desembargadora Waldirene Cordeiro, ocupante do cargo de Coordenadora do Núcleo Socioambiental Permanente - NUSAP, endereço eletrônico: nusap@tjac.jus.br, nusaptjac@gmail.com e telefone: (68) 32128401, que doravante será responsável pela execução das atividades previstas no Plano de Trabalho supramencionado.

3. VIGÊNCIA: o presente termo passará a vigorar a partir de sua assinatura, com prazo final igual ao do Acordo de Cooperação Técnico supramencionado.

4. RESPONSABILIDADES:

1. São responsabilidades gerais do Conselho Nacional de Justiça:

- 4.1.1 coordenar, executar e supervisionar as ações do Pacto Nacional do Judiciário pela Sustentabilidade;
- 4.1.2 promover a articulação entre os órgãos do Poder Judiciário e os pactuantes, com vistas à realização das ações objeto do Pacto Nacional do Judiciário pela Sustentabilidade;
- 4.1.3 produzir as peças de comunicação institucional de divulgação das ações do projeto e disponibilizá-las aos pactuantes;
- 4.1.4 gerar relatórios dos resultados obtidos com as ações do projeto e disponibilizá-los aos pactuantes;

2. São responsabilidades do Tribunal de Justiça Acreano:

- 4.2.1 indicar, conforme a respectiva área de atuação de cada partícipe, pessoal técnico para auxiliar a equipe do CNJ nas atividades de planejamento de seminários, de cursos de capacitação e da campanha de divulgação das ações;
- 4.2.2 prestar apoio logístico, sempre que possível, nas plataformas virtuais e nos locais de realização dos seminários e cursos;
- 4.2.3 divulgar as peças de comunicação disponibilizadas pelo CNJ (meio físico e eletrônico);
- 4.2.4 viabilizar a participação dos profissionais que compõem sua força de trabalho nos seminários e nos cursos de capacitação presencial;
- 4.2.5 divulgar as ações do projeto e os respectivos resultados obtidos.

5. DISTRATO: o presente termo poderá ser rescindido da mesma forma prevista no Acordo de Cooperação Técnico supramencionado.

6. PUBLICAÇÃO:

6.1 O inteiro teor deste Termo de Adesão e dos seus eventuais termos aditivos deverá ser publicado pelos partícipes em seus respectivos sítios oficiais, no prazo de até 10 (dez) dias a contar de sua assinatura, e o seu extrato será publicado no Diário Oficial da União.

6.1.1 O CNJ encaminhará cópia do extrato da publicação aos demais partícipes do Acordo de Cooperação Técnica supramencionado.

Data e assinatura eletrônicas.

Desembargador Laudivon Nogueira

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador LAUDIVON de Oliveira NOGUEIRA**, **Presidente do Tribunal**, em 19/03/2025, às 18:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjac.jus.br/verifica> informando o código verificador **2053058** e o código CRC **24121737**.

Sistema Normativo do Poder Judiciário do Estado do Acre – Resolução do Tribunal Pleno Administrativo nº 166/2012

0001988-81.2025.8.01.0000

2053058v4



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 80120252338976

Nome original: publicacao.pdf

Data: 24/03/2025 15:08:42

Remetente:

Aucilene Alvarenga de Souza

n. Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES)

Tribunal de Justiça do Acre

Documento: não assinado.

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Ofício-Circular n. 6 2025 SG. Segue em anexo T. de Adesão n. 19

2025 ao ACT n. 1 2025- CNJ STF e outros para conhecimento da adesão firmada pelo TJAC.

Local:Rio Branco
Unidade:ASJUR
Relator:Des. Laudivon Nogueira
Requerente:@interessados_virgula_espaco@
Requerido:Tribunal de Justiça do Estado do Acre
Assunto:

DECISÃO

1. Cuidam os autos de procedimento administrativo virtual objetivando o reconhecimento de dívida referente à prestação dos serviços da autarquia estadual SANEACRE, inscrita no CNPJ sob o nº 02.405.085/0001-13, concernente aos débitos provenientes do consumo de água do imóvel localizado na Rua Francisco Djalma da Silva, 1653, Jordão (AC), no período de setembro de 2023 a janeiro de 2025.

2. Insta salientar que a dívida foi constituída no interstício compreendido na vigência do Termo de Cessão de Uso nº 02/2023 (SEI – Evento nº 1560135), cujo objeto versa acerca da cessão gratuita de 01 (um) imóvel, conforme descrição a seguir: Imóvel situado à Rua Francisco Djalma da Silva, s/n, Quadra-16, Lote-02, implantado em terreno plano, construído em alvenaria, rebocado e pintado, com esquadrias em vidro temperado e madeira e vidro, piso cerâmico, forro em PVC e cobertura em telha de fibrocimento; sendo compartimentado com 2 (dois) banheiros, 1 (uma) copa, 1 (uma) sala e 1 (um) ambiente amplo, sem divisórias e sem mobílias.

3. Na Informação da GEINS (SEI – Evento nº 2018508) consta o seguinte, in verbis:

“Informo que nesta data a servidora da SANEACRE - Gabriela Cruz encaminhou uma Guia de Cobrança no valor de R\$ 3.473,40 (três mil quatrocentos e setenta e três reais e quarenta centavos), referente ao consumo de água do imóvel localizado na Rua Francisco Djalma da Silva, 1653, no município de Jordão (AC).

O imóvel referido pertence à Prefeitura Municipal de Jordão (AC) e foi cedido a este Tribunal para abrigar as atividades administrativas e judiciais do CEJUC, PID e CEJUSC naquela localidade, conforme se verifica no Termo de Cessão nº 02/2023 (1560135).

Em virtude da data de vencimento da guia de pagamento (03/03/2025), submeto os autos à ASJUR ao passo que requesito pela autorização da emissão de Nota de Empenho para subsidiar o pagamento pelo Processo Administrativo SEI nº 0002521-55.2016.8.01.0000, que trata do pagamento dos serviços de água e esgoto dos imóveis da capital e interior pertencentes ao Poder Judiciário.

É a informação.”

4. Para o reconhecimento de dívida foram juntados aos autos os seguintes documentos: a) Certidão de Débitos (SEI – Evento nº 2020929); e b) Informação da GEINS (SEI – Evento nº 2023886).

5. Diante das informações contidas nos autos, AUTORIZO o pagamento, por meio de reconhecimento de dívida, no valor de R\$ 3.726,00 (três mil setecentos e vinte e seis reais) em favor da autarquia estadual SANEACRE, inscrita no CNPJ sob o nº 02.405.085/0001-13, concernente aos débitos provenientes do consumo de água do imóvel localizado na Rua Francisco Djalma da Silva, 1653, Jordão (AC), no período de setembro de 2023 a janeiro de 2025, mediante assinatura do Termo de Reconhecimento de Dívida.

5. Encaminhem-se os autos à GEINS para confecção do Termo de Reconhecimento de Dívida.

6. após, à Diretoria de Logística e à Diretoria de Finanças, para a adoção das medidas necessárias.

7. À Secretaria de Apoio aos Órgãos Julgadores Administrativos – SEAPO para a publicação desta decisão no Diário da Justiça.

8. Proceda-se as anotações de praxe, de tudo dando ciência a quem de direito.

Data e assinatura eletrônicas.

Documento assinado eletronicamente por Desembargador **LAUDIVON de Oliveira NOGUEIRA**, Presidente do Tribunal, em 20/03/2025, às 18:30, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

Processo Administrativo nº:0000816-07.2025.8.01.0000
Local:Rio Branco
Unidade:ASJUR
Requerente:Direção do Foro da Comarca de Feijó
Requerido:Tribunal de Justiça do Estado do Acre
Assunto:

DECISÃO

1. Cuidam os autos de Comunicado Interno n. 320 (id. n.º 2007653), oriundo da Comarca de Feijó, do servidor Francisco Rosevaldo Nascimento de Araújo, requestando a emissão de certificado digital.

2. Ato contínuo, sobreveio aos autos o expediente OF. Nº 1162/FJDFO (id. n.º 2030868), subscrito pelo magistrado da Comarca, reiterando a solicitação de emissão do aludido certificado.

3. Conforme se dessume do despacho 4947 da DRVAC (id. n.º 2030935), trata-se de servidor cedido a este Poder.

4. Consoante cedição, por se tratar de servidor cedido, aplica-se o disposto no art. 8º, parágrafo único, da Portaria Pres. 719/2021 (id. n.º 2025795), vejamos:

Art. 8º - O Poder Judiciário do Estado do Acre providenciará Certificados Digitais, bem como seu Dispositivo Criptográfico, exclusivamente para Magistrados, Servidores Efetvos e Servidores ocupantes exclusivamente de cargos comissionados;

Parágrafo único. O Poder Judiciário do Estado do Acre não fornecerá nenhum tipo de Certificado Digital e Dispositivo Criptográfico para Estagiários, Terceiros, Funcionários Cedidos, Partes, Advogados, ou qualquer outro não indicado no Artigo 8º deste ato normativo, exceto por autorização do Presidente do Tribunal de Justiça para os casos em que houver manifestada justificativa, caso este em que será emitido o certificado.

5. Sabe-se que a tecnologia se tornou essencial para as tarefas de qualquer pessoa, empresa ou ente público. Nesta esteira, a certificação digital é um mecanismo que garante proteção a dados confidenciais fornecidos em ações judiciais e aos atos realizados no âmbito do Poder Judiciário e evita fraudes possíveis de serem cometidas com a violação de informações confiadas ao Judiciário para a resolução de litígios. Além da segurança, o certificado digital garante validade jurídica aos atos praticados com seu uso.

6. No caso em apreço, embora se trate de servidor cedido a este Poder, o juízo solicitante informa (id. n.º 2039788) que este exerce atividades junto à Execução Penal, a utilizar o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), bem como realiza atendimento ao público e auxiliará em audiências, atividades nas quais é imprescindível a utilização certificado digital para assinar e liberar peças nos autos digitais do SEEU e no SAJ-PG5.

7. Ante ao exposto e diante das peculiaridades do caso em análise, determino que a DRVAC/SUFIS providenciem a emissão de Certificado Digital para o servidor Francisco Rosevaldo Nascimento Araújo.

8. Não havendo outras medidas a serem adotadas no âmbito desta Presidência, encerrem-se os autos no fluxo deste Órgão.

9. À SEAPO para publicação desta decisão e ciência ao servidor e à unidade requisitante.

Documento assinado eletronicamente por Desembargador **LAUDIVON de Oliveira NOGUEIRA**, Presidente do Tribunal, em 20/03/2025, às 18:30, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

Processo Administrativo nº:0005395-32.2024.8.01.0000
Local:Rio Branco
Unidade:ASJUR
Requerente:Maluma Raphaela de Oliveira Brito
Requerido:Tribunal de Justiça do Estado do Acre
Assunto:Teletrabalho. Renovação.

DECISÃO

Conforme se depreende dos autos, a parte requerente apresentou a solicitação de arquivamento deste processo administrativo, conforme manifestação registrada sob o nº 2026886, tendo em vista a regular tramitação do processo administrativo nº 0001672-68.2025.8.01.0000, cujo objeto é idêntico e assegura a continuidade das providências cabíveis.

Desse modo, constato a perda de objeto, bem como a inexistência de pendências administrativas ou processuais.

Assim sendo, determino o encerramento e arquivamento definitivo do presente feito.

Ademais, determino a notificação da parte requerente para fins de conceder ciência quanto aos termos desta decisão, de modo a garantir a transparência e a efetividade dos trâmites processuais.

À SEAPO para a publicação desta decisão no Diário da Justiça.

Após, não pendendo providências, promova-se o arquivamento do feito, com a respectiva baixa eletrônica.

Documento assinado eletronicamente por Desembargador **LAUDIVON de Oliveira NOGUEIRA**, Presidente do Tribunal, em 18/03/2025, às 16:26, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0005395-32.2024.8.01.0000

TERMO DE ADESÃO N. 19/2025 AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CNJ/STJ/TST/CJF N. 01/2025, SOB A ÉGIDE DO PACTO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO PELA SUSTENTABILIDADE

PROCESSO SEI TJAC Nº 0001988-81.2025.8.01.0000

PARTÍCIPES COOPERANTES: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO

ACRE e CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO E CONSELHO FEDERAL DA JUSTIÇA FEDERAL

OBJETO: O presente instrumento tem por finalidade o desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes, com o objetivo de promover a cooperação para o compromisso do Poder Judiciário em adotar, reforçar ou expandir ações e iniciativas em cada um dos três eixos a seguir listados:

Eixo 1 - Ambiental:

- a. Implementação do Programa Justiça Carbono Zero: (i) realização de inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEEs), fazendo uso de metodologia reconhecida/certificada (ex: PBGHG); (ii) medidas de redução das emissões de GEEs, como instalação de usinas fotovoltaicas, substituição de lâmpadas tradicionais por LED, promoção da sustentabilidade nas contratações, adoção de programas de gestão de resíduos; e (iii) compensação de emissões com projetos de florestamento, reflorestamento e revegetação etc.;
- b. Priorização do julgamento das ações climáticas e ambientais: adoção de medidas de priorização e aceleração da tramitação de processos judiciais que envolvam a temática ambiental (incluindo casos relacionados a conflitos fundiários, uso de recursos naturais, aplicação de sanções ambientais, apuração de infrações ambientais e responsabilidade civil ambiental), por meio de: (i) cumprimento reforçado da Meta 10 em 2025; (ii) estímulo a instrumentos de solução consensual; (iii) criação de forças-tarefas coordenadas em Juízos com altas taxas de congestionamento em processos ambientais ou Municípios com elevados índices de desmatamento e de outras violações socioambientais, entre outras medidas;
- c. Educação ambiental: promoção de, pelo menos, um novo curso de educação ambiental e de capacitação de magistrados, servidores, terceirizados e conciliadores, promovendo as capacidades institucionais adequadas para a abordagem de questões e conflitos relacionados à temática socioambiental e climática.

Eixo 2 - Social:

- a. Adoção do Programa Transformação: adoção, nos termos da Resolução CNJ nº 497/2023, de política de reserva de vagas em, no mínimo, um contrato de prestação de serviços continuados e terceirizados para mulheres em situação de vulnerabilidade;
- b. Inclusão de grupos sub-representados ou vulneráveis: Implementação de, no mínimo, uma iniciativa institucional para apoiar e integrar membros de grupos sub-representados e vulneráveis, como: ampliação da representatividade de gênero e raça na composição do tribunal e/ou nos cargos de gestão; e a inclusão de percentual de vagas nos contratos de serviços continuados para pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua e egressos dos sistemas prisional e socioeducativo;
- c. Ampliação da acessibilidade: fortalecer ações de acessibilidade, adaptando os espaços físicos e digitais dos tribunais e conselhos para pessoas com deficiência, com a criação e execução de plano de ação para ampliar o índice de acessibilidade.

Eixo 3 - Governança:

- a. Dados Abertos: Implementação ou aperfeiçoamento de portal de dados abertos, seguindo os princípios e as diretrizes da Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership - OGP), visando ampliar a transparência e o controle do Poder Público pela sociedade;
- b. Transparência dos julgamentos no plenário virtual: melhoria ou adaptação dos sistemas de julgamento colegiado de processos por meio eletrônico, de modo a ampliar a transparência;
- c. Informação à sociedade: adoção de serviço de boletim com um resumo didático e em linguagem simples dos julgamentos mais relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico realizados pelo tribunal ou conselho, nos moldes do boletim “Informação à Sociedade” do STF.

VIGÊNCIA: – Este acordo de cooperação técnica terá eficácia a partir da data da sua publicação e vigência pelo prazo de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, por conveniência dos partícipes, mediante termo aditivo.

ASSINA: O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Desembargador **Laudivon Nogueira**.

TERMO DE ADESÃO N. 20/2025 AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 16/2025 ENTRE CNJ/MJSP E UFPA
PROCESSO SEI TJAC Nº 0002195-80.2025.8.01.0000

PARTÍCIPES COOPERANTES: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA E UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

OBJETO: O presente Acordo de Cooperação Técnica reside na reunião de esforços para a implementação da Resolução n. 510/2023 do Conselho Nacional de Justiça, por meio da adoção, entre outros, do compartilhamento de dados, realização de estudos e diagnósticos de temas relacionados, oficinas e capacitações, bem como a partir das intersecções com a política de acesso

à justiça nos estados da Amazônia Legal, conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho, a fim de apoiar tecnicamente a atuação dos Tribunais de Justiça e do Tribunal Regional Federal da 1ª Região na resolução de conflitos fundiários.

VIGÊNCIA: – O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação Técnica será de 36 (trinta e seis) meses a partir da assinatura, podendo ser prorrogado, mediante a celebração de termo aditivo.

ASSINA: O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Desembargador **Laudivon Nogueira**.

EXTRATO DE CONTRATO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE ADESÃO Nº 12-2024 ENERGISA ACRE S/A E TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente termo aditivo tem por objeto a alteração da cláusula segunda (do objeto), no qual exclui a seguinte unidade consumidora de baixa tensão:

UNIDADE	CONSUMIDORA	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
	101702	Rua Floriano Peixoto, 62, Centro	Xapuri
	91321	Rua Geni Assis, 249, Centro	Brasília

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas do Contrato de Adesão das Unidades Consumidoras pertencente ao Grupo B, exceto naquilo que conflitar com os termos do presente Termo Aditivo.

TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2023, CELEBRADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE E A EMPRESA VITÓRIA REGIA LTDA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PRONTA DO TIPO MARMITEX NA COMARCA DE XAPURI.

Processo nº: 0002338-40.2023.8.01.0000

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, com sede nesta cidade, na Rua Tribunal de Justiça, s/n – Via Verde, inscrito no CNPJ sob o nº 04.034.872/0001-21, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente Desembargador **Laudivon Nogueira** e a empresa VITÓRIA REGIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 22.144.435/0001-42, com sede à Rua Coronel Brandão, n.º 249, Centro, Xapuri/AC, neste ato representada pela Sra. Rosimere Ferreira da Silva Oliveira, CPF nº 794.***-72, doravante denominada CONTRATADA, pactuam o presente Termo Aditivo, nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO

O presente termo aditivo tem por objeto a renovação do contrato nº 29/2023, pelo período de 12 (doze) meses, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

CLAUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor global do contrato é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) o preço unitário, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Marmitex, com direito a opção de carne (branca ou vermelha), incluindo carnes: bovinas isentas de nervuras e gorduras, suínas magras ou aves, arroz tipo 1, feijão 1, 04 tipos de saladas/legumes cozidos ou não, com as seguintes opções: alface, tomate, beterraba, cenoura, pepino, repolho, batata, couve-flor, brócolis, chuchu, vagem, abóbora, quiabo, jiló, etc. Guarnição com as seguintes opções: macarrão, farofa, fritas, maionese, salpicão, ovo, purê e polenta, acompanhado de um copo de suco natural (copo grande).	400	R\$ 25,00	R\$ 10.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Fica prorrogada a vigência do contrato a contar de 26 de março de 2025 até 26 de março de 2026.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo, correrão a conta da seguinte dotação:
Programa de Trabalho: 203.617.02.061.2293.2214.0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO ESPECIAL DO PODER
Fontes de Recurso: 1760 - Recursos de Emolumentos, taxas e custas
Elemento de Despesa: 33903000000000 - MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.